

**RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**  
**AGRAVANTE : SABESP COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO**  
**DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADO : RENER VEIGA - SP104397**  
**AGRAVADO : CONSTRUTORA SARTORI EIRELI**  
**ADVOGADOS : PAULO SÉRGIO MENDONÇA CRUZ E OUTRO(S) -**  
**SP067691**  
**LUIS FELIPE FERREIRA MENDONÇA CRUZ -**  
**SP278201**  
**LIGIA MARIA PRADO FERREIRA CRUZ - SP078172**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO SUBSCRITO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. ALEGADA FALHA NA DIGITALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE MANDATO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO COM CERTIDÃO EMITIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INADMISSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO POSTERIOR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 115/STJ. AGRAVO INTERNO DA CONCESSIONÁRIA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

2. Conforme o entendimento desta Corte Superior, a alegação de erro na digitalização da procuração, imputada pela parte recorrente ao Poder Judiciário, não é suficiente ao afastamento da Súmula 115/STJ, pois incumbe à parte fiscalizar a correta digitalização das peças processuais. Para o acolhimento de sua tese, seria necessária a certificação do erro pelo Tribunal de origem, o que não foi feito. Julgados: AgInt no AREsp. 1.139.607/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 10.4.2018; AgInt no AREsp. 1.167.178/ES, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 12.4.2018; AgInt no AREsp. 1.141.185/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 15.12.2017.

3. Verifica-se que o Advogado subscritor do Apelo Nobre vinha atuando no processo nas instâncias de origem, o que configura, assim, hipótese de aplicação excepcional da teoria *apud acta*. Entretanto, considerando a função constitucional desta Corte de uniformização da jurisprudência pátria, ressalvo o meu ponto de vista, para acompanhar o entendimento firmado por este Tribunal.

4. É inexistente, na instância especial, o recurso interposto por Advogado sem procuração nos autos. Aplicação da Súmula 115/STJ. Julgados: AgRg no AREsp. 717.909/MT, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019  
FILHO, DJe 22.4.2019; AgInt no AREsp. 417.532/RJ, Rel. Min. GURGEL DE  
FARIA, DJe 4.5.2017; AgRg no AREsp. 763.425/MG, Rel. Min. DIVA MALERBI,  
DJe 15.4.2016.

5. Não se admite a aplicação do art. 13 do CPC/1973 para promover, nesta instância especial, a regularização da representação processual. Julgados: AgRg no AREsp. 359.156/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 22.11.2013; AgRg no REsp. 1.404.746/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 20.11.2013.

6. Agravo Interno da Concessionária a que se nega provimento.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator